

EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NO ENFRENTAMENTO À LÓGICA

DO CAPITAL: reflexões sobre a dimensão política da prática educativa Leurides Costa de Araújo Soares¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir a importância da dimensão política da prática pedagógica para além da lógica mercadológica, no campo da educação, a partir da discussão da questão racial, situada dentro da luta de classes. A reflexão que se segue se embasa numa abordagem a partir do materialismo histórico dialético. Para isso, o texto propõe uma reflexão sobre a lógica mercadológica no campo da educação e seus impactos nas relações étnico raciais. Enfatiza-se o trabalho a partir da dimensão política da prática pedagógica, com foco nas estratégias para enfrentar tal lógica. Dentre elas, a efetivação da Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira. Conclui-se que é vital a abordagem política da educação para superar as desigualdades raciais e que as discussões sobre o tema necessitam ser situadas no campo da luta de classes.

Palavras-chave: Educação; Relações étnico-raciais. Dimensão politica.

ABSTRACT

This article aims to reflect the importance of the political dimension of pedagogical practice beyond market logic, in the field of education, from the discussion of the racial issue, situated within the class struggle. The reflection that follows is based on an approach based on dialectical historical materialism. For this, the text proposes a reflection on the marketing logic in the field of education and its impacts on ethnic-racial relations. Emphasis is placed on work based on the political dimension of pedagogical practice, with a focus on strategies to face this logic. Among them, the implementation of Law 10.639/03 and the Curriculum Guidelines for the Education of Racial Ethnic Relations and for the Teaching of Afro-Brazilian History and Culture. It is concluded that a political approach to education is vital to overcome racial inequalities and that discussions on the subject need to be situated in the field of class struggle.

Keywords Education. Ethnic-racial relations. Political.dimension

¹ Professora Substituta do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Mestra em Educação pela Universidade Federal do Maranhão ; leuridescosta@hotmail.com.















1 INTRODUÇÃO

Discutir educação e relações étnico raciais, requer que olhemos para o contexto dessa relação de forma consciente e politicamente situada. Não podemos ignorar a educação enquanto esse processo de cunho amplo e de grande complexidade que desembocam na construção de saberes de teor cultural e social, práticas que fazem parte do "ser" humano. E por considerar todo esse conjunto de construções e constituintes do que somos enquanto sujeitos situados em um ser e fazer político-social, é que não podemos pensar a escola sem situá-la na discussão das relações raciais, que por sua vez protagonizam papel na construção histórica, cultural e social do Brasil. E é nessa perspectiva que nos pautamos em questionamentos pertinentes como os que Nilma Lino(2005) nos traz: " como podemos pensar as relações sociais fora do conjunto das relações sociais?". Precisamos refletir e reconhecer a dimensão política da educação para superar a lógica mercadológica a qual o capital insistentemente tem forçado a educação.

E mais do que entender o embaraço hegemônico, no qual as relações mercadológicas tentam envolver a educação (e envolvem por muitas vezes), é compreender que a luta racial é a outra face da luta de classes. É compreender que a queda de braço contra o sistema capitalista é envolta por lutas de superação contra o racismo, afinal foi sob os moldes do modelo escravocrata que se forjou a política sócio econômica do capitalismo.

Partir de entendimentos da onde surgiu e de quem mantém essa ordem hegemônica é essencial. Compreender a raiz histórica do problema, nos permitirá um enfretamento teórico prático, para lançar mão a consciência e transformá-la em prática social.

E é exatamente nesse contexto de discussão que é necessário situar a questão racial, para que a escola consiga ter êxito na relação entre saberes escolares, entre realidades sociais, diversidade étnico-racial, é de vital importância que a prática pedagógica dos professores, em especial, da escola pública, assuma













a dimensão política, ao relacionar à ética, às diferentes identidades, à diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais.

E o ato de trabalhar pedagogicamente nessa perspectiva não é toma-los como temas transversais, mas entender que todas essas dimensões permeiam o cotidiano escolar. E que portanto, esse cotidiano escolar não é isolado, mas faz parte de uma totalidade de relações política, econômicas, sociais:

Dessa maneira podemos construir coletivamente novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e comunidade. É preciso que a escola se conscientize cada vez mais de que ela existe para atender a sociedade na qual está inserida e não aos órgãos governamentais ou aos desejos dos educadores (GOMES, 2005 p. 145)

Pensar a ruptura da ordem burguesa, mercadológica traçada para educação é pensar na perspectiva de superar o racismo que impera na nossa sociedade. Pois, destruir o racismo, é destruir a ideia de que há seres superiores aos outros, de que há uma "raça" superior a outra, e que portanto por ser inferior, é relegado à marginalização social, não sendo merecedor de acesso à segurança, ao lazer, a educação, bens e serviços que a maioria das pessoas "brancas" tem mais facilidade de acesso.

Mudar essa prerrogativa, não é simples, nem possui uma receita infalível. Mas há caminhos de luta a serem percorridas na busca da superação da ordem capitalista, e uma delas é pela via do combate ao racismo no chão da escola. Através de atitudes tomadas frente a situações de discriminação racial no interior da escola, é discutindo e refletindo no chão da escola a questão racial na formação de professores. É efetivando a lei 10.639/03, utilizando e trabalhando os materiais e estudos sobre estudos africanos e afro-brasileiros nas aulas da educação básica. É trazendo à luz a verdadeira história dos povos africanos e abandonando a abordagem eurocêntrica do conhecimento tratada em tantos livros de história. Logo, sem a presunção de esgotar essa discussão, nem tão pouco emitir uma verdade absoluta para responder os questionamentos desse trabalho, mas sim de produzir reflexão e busca de possíveis caminhos teórico pratico, é que partimos de algumas indagações: Em que medida a lógica capitalista afeta a educação e em especial as











práticas pedagógicas? Como essa lógica promove as desigualdades socioecômicas e étnico raciais? De que maneira a dimensão política da prática pedagógica no contexto das discussões entico raciais pode contribuir para superar a ordem hegemônica vigente?

Este artigo, portanto, de natureza ensaística se baliza nos pressupostos do materialismo histórico-dialético, por compreender que a educação e a discussão das relações raciais se situam no bojo das lutas de classe, e fazem parte de uma totalidade no emaranhado das relações sociais.

No primeiro tópico, tratamos de compreender a relação mercadológica imposta pelo capital no campo da educação e seus impactos nas relações étnico raciais

No segundo tópico discutimos a dimensão política da prática pedagógica, com foco nas estratégias que podem ser adotadas para enfrentar tal lógica dentro da discussões étnico-raciais, bem como situando a perspectiva da luta de classes

E por fim concluímos vital a abordagem política da educação para superar as desigualdades raciais e que as discussões sobre o tema necessitam ser situadas no campo da luta de classes.

2 O CAPITALISMO E A "NECESSÁRIA" PARCERIA COM A EDUCAÇÃO PARA MANTER A ORDEM DO MERCADO

O domínio do mercado sobrea educação é fruto do conjunto de relações sociais provocadas pela lógica do capital. Isto se verifica em alguns momentos históricos datados do final do século XX, a partir dos anos 1990 na crise e reforma do Estado. Quando o neoliberalismo teve que se se reinventar, provocando reformas estruturais do Estado.

No Brasil, a resposta ao problema Estado veio no processo de (contra) reforma da instituição e de seu aparelho gestor, visando a atender ao













receituário dos organismos internacionais e, portanto aos interesses mercadológicos mundiais, momento em que o setor social foi o mais atingido pela flexibilização, regulação, privatização, focalização, com maior destaque para a Educação (COUTINHO, 2012, p.147)

A mudança nas relações de produção teve como consequência desemprego, precarização do trabalho, superexploração dos recursos naturais, crescimento da pobreza, situações de violência.

Não demorou para que se percebesse que as metas neoliberais poderiam por em risco a reprodução e a força de trabalho. E na sequencia dessa descoberta, também se visualiza a relação direta entre educação e pobreza. O que provocou a realização de conferências mundiais, com foco nos países de periferia e países emergentes, com o intuito de mostrar a esses países uma saída para a crise, crise essa gerada pelo próprio sistema neoliberal:

[...] a criação de mecanismos de proteção à pobreza, articulados à política de educação, orientados pela ideologia mundial do atendimento às necessidades básicas de aprendizagem(Nebas) e a ampliação da oferta de educação, sob o slongan Educação para Todos, pactuado na Conferência de Jomtien(Tailândia) em 1990, que colocou a educação como questão mundial(COUTINHO,2012,p. 148)

Vemos, portanto, mercado e Estado como indutores de políticas sociais na busca de equilibrar e alimentar o sistema. Com a educação, especificamente, o produto é o capital humano:

Daí decorre a mais forte ideologização pela qual têm passado as mais diversas esferas da vida social. Tornou-se praticamente impossível, no campo da cotidianidade, vivenciar um espaço da vida que fique imune aos esforços de socialização, e consequentemente, de educação proposta pelo capital. Ele precisa ocupar todos os espaços para garantir seus mecanismos de produção e reprodução. Assim, estabelece uma multiplicidade de iniciativas que, articuladas consciente ou inconscientemente na cotidianidade, reconstroem o terreno necessário para sua dominação (SANTOS, 2001, p. 46)







APOIO







Nessa dinâmica imposta pelo capital, não existe luta de classes, proclama-se um mundo de pactos, parcerias, voluntariados para resolver os problemas sociais, nega-se a existência dos conflito entre capital e trabalho :

[...] o significado que a produção tem relação aos ricos revela-se no sentido que ela tem para os pobres; em cima, a sua manifestação é sempre refinada, oculta, ambígua, uma aparência; em baixop, é sempre uma realidade tosca, simples, cândida. A necessidade grosseira do trabalhador é uma fonte muito maior de lucro do que a necessidade refinada rico[...] assim como a indústria especula sobre o refinamento das necessidades, igualmente especula sobre a crueza artificialmente produzida, cujo verdadeiros espírito é, por conseguinte, a autonarcotização, a ilusória satisfação das necessidades, a civilização no interior da grosseira barbárie da necessidade (MARX, 1975,p. 213)

Para "o problema da educação", a resposta vem dos Organismos Internacionais. A Conferência de Jomtien em 1990, foi a que mais influenciou em mecanismos de oferta e financiamento da educação, assim como deu margem ao empresariado e as ditas organizações filantrópicas. O Banco Mundial intervém nas políticas e estratégias de financiamento e gestão da educação pública para que se realiza e a política de atendimento às necessidades básicas de aprendizagem(Nebas). Dessa forma de a equação educação, pobreza e trabalho cria e amplia meios para o empresariado ditar os rumos da educação em países ditos periféricos, e em especial aqui, no Brasil.

2.1. Breve abordagem sobre a relação complexa e multifacetada entre capitalismo e racismo

Para compreender a lógica mercadológica do capital e a ideologia sob a qual seus movimentos são engendrados, precisamos resgatar na história a relação direta que a origem desse sistema tem com o racismo existente até os dias atuais. Compreender que tal aberração social(é uma construção humana e não de caráter biológico) é parte do *DNA* da estrutura capitalista, e que portanto tem relação direta com as desigualdades raciais e sociais existentes.













O projeto colonial que se iniciou a partir do século XVI, de acordo com o que se chama de filosofia moderna do centro oeste, fez nascer o ser social como antítese da civilização europeia, como argumenta Marx(2013), nasce como imposição de um modelo cultural e civilizatório considerado superior. A conquista da América e o tráfico de pessoas nos países africanos, se colocam como as bases sobre as quais se sustenta o processo econômico do capital. Os europeus que chegam às novas terras, se julgam superiores e portanto com maior capacidade de conquistar e gerir riquezas .

De acordo com Maldonado-Torres(2009), há uma articulação nevrálgica entre raça, capitalismo e expansão atlântica, com início no século XVI. A forma de poder, tipicamente moderna, conecta formação racial, controle do trabalho, Estado e produção do conhecimento(DURANS, 2020)

Ainda que a burguesia tente ocultar a relação direta das mazelas sociais com a trajetória da escravidão no mundo, a produção das relações sociais no cotidiano de milhares de pessoas evidencia cada vez mais o quanto a luta de classe e a luta racial são faces da mesma moeda:

Racismo e exploração de classe estiveram concomitantemente na base do processo de formação do sistema de produção capitalista no Brasil, mas de alguma maneira esses mecanismos deveriam ser ocultados, no processo de reprodução do capitalismo e da desigualdade social e étnico-racial da população negra. Dessa forma, a grande tática ideológica da burguesia para legitimar sua dominação foi fazer crer que a condição social e econômica da população negra era fruto de uma postura individual e não da estrutura da sociedade de classes. Habilmente e diferente do que dizia a nobreza e a igreja feudal, a burguesia argumentou que todos os seres humanos ao nascerem eram iguais e que as diferenças sociais eram conseqüência do trabalho e capacidade intelectual de cada um.(DURANS, SANTOS, 2020, p. 45)

Nessa pensamento, é factual que as desigualdades sociais e raciais na sociedade brasileira se articulam e se engendram. E a construção portanto de uma















identidade étnico-racial, é de caráter individual e coletivo, o que implica dizer que precisamos tomá-la como uma luta no coletivo.

Os diversos esforços do povo negro no Brasil, também se configuram através de lutas por melhores condições de vida, de moradia, melhores oportunidades, no intuito de diminuir e/ou acabar com das desigualdades sociais. Logo concordamos com Moura(1994), quando coloca que as diferentes expressões da luta da população negra, sem suas especificidades, tem gênese na luta contra o sistema escravista, mas avança para a pós-abolição e o Brasil republicano na luta contra as formas de exploração da sociedade capitalista.

É por essa razão que <u>Moura (1994)</u> destaca que as diferentes expressões da luta da população negra, em suas especificidades, têm gênese na luta contra o sistema escravista, mas avança para o pós-abolição e o Brasil republicano na luta contra as formas de exploração da sociedade capitalista.

3. A dimensão da prática pedagógica situada na questão étnico -racial

Partimos do princípio de que para que haja mudanças significativas nas relações sociais, para uma discussão étnico racial, em prol da construção de um sujeito político emancipado socialmente, é necessário entre muitos outros pontos, ressignificar o que entendemos de escola, de prática pedagógica, de relação professor-aluno . E situar esses conceitos na construção política, social, cultural, econômica que constituem nossa sociedade.











Outro ponto essencial dentro dessa discussão é concordar com a existência do Racismo no Brasil. Liquidar a ideia de que determinadas situações no cotidiano das pessoas negras, são casos isolados. Saiamos do cinismo midiático empresariado, e coloquemos as lentes de uma análise que parta de leituras históricas da constituição de nossa sociedade, e vejamos o genocídio óbvio e em muitos outros casos, velado, do povo negro nos diversos espaços sociais ao longo da história do capitalismo no mundo.

Concordamos também que para o Racismo deixar de existir, a lógica capitalista também precisa ser liquidada. Os moldes capitalistas se fazem sobre as desigualdades sociais, e aqui como temos discutido, na base da desigualdades raciais, logo não acordo, não humanização possível do capital, para que seja aceitável sua existência sem desigualdades raciais.

(...) numa sociedade dividida em classes, a classe dominante não tem interesse na manifestação da verdade já que isso colocaria em evidência a dominação que exerce sobre outras classes. Já a classe dominada tem todo interesse em que a verdade se manifeste porque isso só viria patentear a exploração a que é submetida, instando-a a se engajar na luta de libertação(SAVIANI, 1995,p.97)

Logo, tratar a educação de forma desvelada, evidenciado a verdade, a história da humanidade, e como fomos nos constituindo enquanto sujeitos sociais, é essencial para que comecemos um compromisso com uma postura politizada no chão da escola. Para que a escola avançe na discussão das relações escolares/realidade social, diversidade étnico-racial, nós enquanto educadores devemos tomar a dimensão que circunda essas discussões, como a ética, a sexualidade, a diversidade, entre outras. Assim, estamos diante de um combate contra o Racismo, mas em especial aqui, no chão da escola:

Esse é um ponto importante porque rompe com a hipocrisia da nossa sociedade diante da situação da população negra e mestiça desse país e exige um posicionamento dos educadores. Essa constatação também contribui para desmascarar a ambiguidade do racismo brasileiro que se manifesta através do histórico movimento de afirmação/negação . No Brasil, o racismo ainda é insistentemente negado do discurso do brasileiro, mas se mantém presente nos sitemas de valores que regem o comportamento da













nossa sociedade, expressando-se através das mais diversas práticas sociais(GOMES,2017, p. 147)

E é com essa premissa que devemos pensar a escola para haja de fato, uma mudança significativa nas práticas escolares. Compreender a existência do problema e situá-lo no campo das discussões teórico-prática que visem uma superação do mesmo. Pois o entendimento do que racismo, do que é discriminação racial, preconceito, pode nos ajudar enquanto educadores é melhor identificar e combater práticas racistas no interior da escola, e, portanto, tomar a dimensão política da prática pedagógica para isso. Paulo Freire (FREIRE, 2003), com algo que está além da sala de aula, e que se vincula com a direcionalidade da educação. Em outras palavras, a politicidade tem a ver com o sentido da prática, a orientação geral que ela adota.

Questões de ética e política que estão imbricadas no fazer educativo do professor constituem nele este ato político. Ou seja, como esse ator político participa na construção subjetiva dos sujeitos em sala de aula, na participação da vida dos outros e na construção social de um horizonte de futuro. Uma pedagogia de cunho sensível, que promova espaços de construção democrática, no sentido da construção de uma sociedade mais justa.

A nossa opção política e a nossa prática em coerência com ela nos proibiam, também, de pensar sequer que nos seria possível ensinar aos educadores e aos educandos da Guiné-Bissau, sem com eles aprender. Se toda a dicotomia entre ensinar e aprender, de que resulta que quem ensina se recusa a aprender com aquele ou aquela a quem ensina, envolve uma ideologia dominadora, em certos casos, quem é chamado a ensinar algo deve aprender primeiro para, em seguida, começando a ensinar, continuar a aprender.(FREIRE,P.R.N.,1977,p.17).

Essa dimensão política da prática educativa, requer que coloquemos a discussão sobre autonomia do professor e a questão racial. Sobre a postura que temos adotada frente a essas questões e como temos tratado em nossos conteúdos e posturas de sala de aula. Nilma Gomes(2017) pontua bem esse entendimento do















que podemos tomar como autonomia do professor e como devemos entender o processo de reflexão de nossa prática frente às questões étnico -raciais:

(...) Isso não significa desrespeitar a autonomia do professor, mas entende-la e, muitas vezes, questioná-la. Significa perguntar até que ponto, em nome de uma suposta autonomia, uma professora pode colocar uma criança negra para dançar com um pau de vassoura durante uma festa junina porque nenhum coleguinha queria dançar com um "negrinho". Discutir essa autonomia do professor representa, também denunciar práticas em que o professor estabelece que o castigo para os alunos desobedientes será sentar ao lado de um negro[...].É preciso que práticas pedagógicas sejam orientadas por princípios étios que norteiam as relações estabelecidas entre professores, pais e alunos, no interior das escolas brasileiras. É necessário inserir a discussão sobre o tratamento que a escola tem dado às relações raciais no interior desse debate.(GOMES,2017 p. 150)

Uma alternativas para superar esses entraves é tomar conhecimento das lutas, em busca da história para além da perspectiva eurocêntrica do conhecimento presente na maioria dos livros didáticos, tomar conhecimento das demandas e conquistas do Movimento Negro. A conquista sobre a inclusão da temática sobre questão racial nas escolas do Brasil, é fruto das lutas desse movimento. Todos estamos desafiados a bordar de forma politizada a questão racial na escola, mas precisamos estar dispostos e munidos de conhecimento teórico-prático para que possamos compreender que para combater práticas racistas, o racismo em si, precisamos conhecer da onde ele surgiu, por que se mantém, e que para isso precisamos entender que nos situamos num sistema de produção econômica que o produziu: o capitalismo.

3.1. A LEI 10.639/03 e as práticas escolares: estratégias presas na Lei?

Para avançar nessa discussão em termos teórico-práticos é preciso lançar do que já existe e que tem sido fruto das lutas sociais para avançar no debate da













questão racial nas escolas. Como a alteração dos artigos 26-A e 79-B da Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – pela Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003),4 a Resolução CNE/CP 1/2004, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), fundamentada no Parecer CNE/CP 3/2004, compõem um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma Educação das Relações Étnico-Raciais nas escolas, desencadeada a partir dos anos de 2000.

A legislação, bem como seus dispositivos podem ser compreendidos como pontos importantes no processo de implementação das políticas de ações afirmativas na educação brasileira nos seus diferentes níveis, etapas e modalidades educacionais.

A aprovação e implementação dessa legislação, resultado das pressões sociais e proposições do movimento negro brasileiro, ao lado dos demais aliados da luta antirracista, indica avanços na efetivação de direitos sociais educacionais e implica o reconhecimento da necessidade de superação de imaginários, representações sociais, discursos e práticas racistas na educação escolar(GOMES, 2013, p. 20)

Implica, também, uma postura estatal de intervenção e construção de uma política educacional que leve em consideração a diversidade e que se contrapõe à presença do racismo e de seus efeitos, seja na política educacional mais ampla, na organização e funcionamento da educação escolar, nos currículos da formação inicial e continuada de professores, nas práticas pedagógicas e nas relações sociais na escola

Mas, muito pouco ainda se sabe sobre o contexto nacional de implementação dessa alteração da LDB e demais orientações legais que a regulamentam na gestão do sistema de ensino e no cotidiano das escolas.

Os pesquisadores que atuam no campo das relações étnico-raciais e educação concordam que, embora estejamos prestes a completar dez anos da referida alteração, ainda temos informações pouco precisas sobre o nível de sua implementação e o grau de enraizamento da mesma. O conhecimento

PROMOÇÃO











REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

desse processo, obtido até o momento, geralmente é produto de pesquisas qualitativas em nível local, na sua maioria produzidas na forma de dissertações e teses ou investigações realizadas com a ajuda de recursos advindos da aprovação em editais de fomento à pesquisa. Embora tenham a sua importância e nos ajudem a compreender local e regionalmente os processos políticos e a regularização da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em nosso país, essas pesquisas não nos ajudam a ter uma compreensão mais ampla, em nível nacional, do desenvolvimento da temática na gestão do sistema e da escola e no cotidiano das práticas pedagógicas realizadas pelos educadores e educadoras brasileiros.(GOMES, 2013, p. 22)

O que podemos afirmar é que a conquista da Lei 10.639/2023, requer novas empreitadas para sua implementação e ampliação dos conhecimentos da cultura afro e afro-brasileira nas escolas públicas. É uma estratégia de promoção das discussões étnico -raciais, mas que ainda precisa alcançar a práxis, para que possamos pensar em ruir com a lógica escravocrata, racista e promotora de desigualdades sociais e raciais no ambiente escolar e na sociedade como um todo.

3 CONCLUSÃO

A luta contra as desigualdades étnico-raciais, e consequemente contra a lógica capitalista que desumaniza e que reduz tudo e todos à moedas de troca, mercadoria, produto rentável, é uma luta contra as formas de desigualdade social, pois tais lutas se encontram na exigência de direitos sociais, como educação, moradia, saúde. É um conjunto de ações, empreitadas, lutas individuais e coletivas no combate ao Racismo. Em especial uma das frentes para isso, é o campo da educação, é na busca por outras narrativas históricas, que reconheçam a verdadeira história da população negra. A Lei 10.639/2003, uma conquista do Movimento Negro para a discussão no campo das relações étnico raciais, ainda precisa ser implementada efetivamente nas escolas. A prática educativa em sua dimensão política precisa necessariamente ser situada no campo dos valores éticos, na práxis do conhecimento que comtemple outras epistemologias para além das narrativas eurocêntricas, e que seja politizada para identificar e combater práticas racistas no













âmbito da escola, ao educar mentes para a emancipação, para que possamos construir uma sociedade sem classes, sem raças.













REFERÊNCIAS

DURANS, Claudicéia Alves. **Políticas de raça e classe no Brasil: uma crítica marxista**. São Paulo: Sudermann, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia-polêmicas do nosso tempo**.29º ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995

FREIRE, Paulo. **El grito manso**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003 FREIRE, P. R. N. **Educação como prática da liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MARX, Karl. Reflexões de um jovem sobre a escolha de uma profissão. In: FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria, CALDART, Roseli Salete. **História, natureza, trabalho e educação**: Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2020

MÉSZARO, Istvan. **A Educação para Além do Capital**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

Carvalho, A. S. de, Durans, C. A., Durans, C. A., & Santos, R. E. (2020). **POLÍTICAS PÚBLICAS E REPARAÇÕES PARA A POPULAÇÃO NEGRA: políticas de igualdade racial e educação**. *Revista De Políticas Públicas*, *24*, 598–616. https://doi.org/10.18764/2178-2865.v24nEp598-616, acessado em 20 de junho de 2023

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In. In: CAUDAN, Vera e Moreira Antonio de Flávio (Orgs). Multiculturalismo diferenças culturais e práticas pedagógicas. Pétropolis, RJ: Vozes, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma bre discussão. Secreátia de educação continuada, alfabetização e diversidade. -Brasília: Ministério da Educação, 2005-Coleções para todos.









